

FORMAÇÃO CONTINUADA – PERCEPÇÕES E CONFLITOS VIVENCIADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DO GOVERNO ESTADUAL/RS GESTÃO 2007-2010

MARISA RIGHI
ELIZARA CAROLINA MARIN

Resumo

Esta pesquisa focaliza a formação continuada, levando-se em consideração as percepções e os conflitos vivenciados por professores de Educação Física no contexto do Governo Estadual/RS de Yeda Crusius e as diretrizes nacionais e estaduais que regem a formação continuada. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas com professores de Educação da Rede Pública de ensino do contexto urbano e rural. Os resultados da pesquisa demonstram que os professores estão descontentes com as medidas adotadas no governo atual, o qual desestrutura o plano de carreira e os direitos adquiridos e também dificulta a participação docente em processos de formação continuada para a qualificação pedagógica.

Palavras-chave: Formação continuada; Educação Física; Políticas públicas.

Abstract

This research focuses on continuing education, taking into account the perceptions and conflicts experienced by Physical Education teachers in the context of State Government/RS Yeda Crusius and national and state guidelines that rule continuing education. The survey was conducted by means of bibliographic review, documents and interviews with teachers from the Public Education Network teaching urban and rural context. The survey results show that teachers are unhappy with the measures adopted in the current government, which disrupts the career plan, and entitlements and also complicates the process of teacher participation in continuing education to pedagogical qualify.

Keywords: Continuing Education; Physical Education; Public Politics.

Considerações iniciais

A Lei n. 9.394/96, do Ministério da Educação, trouxe possibilidades para os profissionais de educação, propondo-lhes a formação em serviço, também denominada de formação continuada. As escolas passaram a ter a responsabilidade de propor estudos, jornadas, cursos aos seus professores, como forma de atualização.

Observando este processo – e fazendo parte dele como professora da disciplina de Educação Física – percebe-se que a área de Educação Física tem pouca inserção nas jornadas da escola, pois os temas priorizados envolvem temas gerais, como os temas transversais. O campo específico da área não é contemplado nas jornadas pedagógicas. Por

outro lado, o professor sente a necessidade de estudos, de acesso a novos conhecimentos para qualificar sua prática pedagógica. Portanto, é importante que seja facultada a formação continuada aos professores de Educação Física.

A Educação Física faz parte da formação humana e cabe a ela garantir o acesso à cultura corporal, às diferentes formas de construção de movimento historicamente construída, principalmente, quando se leva em consideração o pressuposto antropológico de que o ser humano é um ser de movimento. Cabe ao professor de Educação Física a construção de uma educação que tenha sentido para a formação dos educandos, sendo a formação continuada um espaço de socialização e de reflexão das práticas dos professores.

Ao buscar novos conhecimentos e construir redes de informações com outros colegas, como parte da prática educativa, o professor estará, de alguma forma, contribuindo para transformar a escola.

Atualmente tem-se reconhecido que a formação inicial é apenas o primeiro passo no caminho da formação profissional e que, em virtude da provisoriidade do conhecimento, há necessidade da formação permanente ou continuada e de a profissão docente adotar a postura de professor-estudante ou professor-pesquisador.

Alguns questionamentos decorrem neste período histórico do estado do Rio Grande do Sul sobre a relação professor de Educação Física e formação continuada, propostos pelas escolas e secretarias estaduais: os processos de formação atendem aos objetivos e necessidades da prática pedagógica do professor de Educação Física? Qual a percepção dos professores de Educação Física sobre a contribuição da formação continuada generalista para a área? O que a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – gestão 2007-2010 tem proposto em termos de formação continuada para os professores e qual tem sido o entendimento dos professores de Educação Física sobre essa formação?

Com base nesses questionamentos, objetiva-se pesquisar como se processa a formação continuada de professores de Educação Física que atuam em escolas estaduais de alguns municípios do Rio Grande Sul, mais especificamente, investigar a percepção dos professores quanto à formação teórica e prática das propostas de formação continuada e identificar a compreensão dos professores quanto às propostas de formação continuada do atual governo estadual – gestão 2007-2010.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa evoluiu a sua realização de levantamento bibliográfico, documental e a realização de entrevistas. A pesquisa bibliográfica serviu de alicerce para compreender o tema central da pesquisa, ou seja, a formação continuada. A pesquisa documental possibilitou que se construísse um mapa, ainda que breve, da legislação nacional e do estado do Rio Grande do Sul, bem como as normativas do atual governo estadual (gestão 2007-2010) para a formação continuada dos professores. Já as entrevistas colaboraram para compreender como a formação continuada se dá no concreto, especificamente, para os professores de Educação Física.

As entrevistas foram realizadas com oito professores, cinco da região da Quarta Colônia¹ e três de Santa Maria, que atuam nas escolas estaduais dos seguintes municípios: Faxinal do Soturno (Escola D. Antônio Reis); Silveira Martins (Escola Bom Conselho); Restinga Seca (Escola Érico Veríssimo) e Santa Maria (Escola Margarida Lopes e Escola Edna May Cardoso). Os critérios para seleção de tais municípios se deram em virtude da possibilidade de abarcar escolas e professores do contexto rural e urbano e da proximidade com a Universidade Federal de Santa Maria. Esta pesquisa fundamentou-se como sendo de campo, e foram marcados dias e horários combinados com os professores para a realização das entrevistas. As perguntas buscaram identificar as opiniões dos professores sobre os conhecimentos dos seus direitos e os encaminhamentos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, as atividades de formação continuada realizadas nos últimos anos e as formas de qualificação pedagógica como forma de contribuir para as práticas realizadas frente aos alunos.

Discutindo a formação continuada

Segundo Veiga (1995), a qualidade do ensino e a tarefa de formar cidadãos atuantes da vida socioeconômica, política e cultural do país estão relacionadas à formação (inicial e continuada); às condições de trabalho, nas quais se incluem recursos didáticos, físicos, materiais e redução do número de alunos na sala de aula; e à remuneração. Isso se torna indispensável para a profissão magistério.

A formação profissional do professor inicia na formação inicial e segue no percurso da atuação profissional, consubstanciando o que se denomina de formação continuada. A primeira é realizada nos cursos de formação acadêmica; a segunda, em serviço.

¹Trata-se de uma região próxima ao município de Santa Maria, que agrega características rurais e cujos habitantes, em sua maioria, são descendentes de imigrantes italianos.

Para melhoria da qualidade da formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico, faz-se necessária a articulação entre instituições formadoras, no caso as instituições de ensino superior, e a Escola Básica, ou seja, a rede de ensino. Isso sem implicar na indissociabilidade entre a formação inicial e a formação continuada.

Ainda conforme Veiga (1995), para que haja a valorização dos profissionais da educação de forma permanente, faz-se necessário valorizar as experiências e conhecimentos adquiridos por eles nas suas práticas pedagógicas, ou seja, no dia a dia da escola.

Segundo Faria (apud MION; SAITO, 2001), formar professores não requer somente a transmissão de conhecimentos produzidos por outros, mas também reelaborar esses conhecimentos, construir um planejamento dentro das concepções críticas advindas de um processo de reflexão sobre a prática.

Para Prado (2002), no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases incentiva a autonomia de escolas e professores e adverte que há uma tendência recente, em todos os países, de dar mais autonomia às escolas. Para isso, há necessidade de capacitar os professores e formar grupos de trabalho coletivos.

Para que haja melhorias da qualidade do ensino, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) propõe, como objetivos a serem alcançados, a valorização do magistério. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente, a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário, carreira e a formação continuada.

Isso é obtido através da prática do dia a dia dos professores. Esforços têm sido empreendidos para qualificar o ensino, mas, muitas vezes, depara-se com uma realidade desanimadora. Ano após ano, grande número de professores abandona o magistério devido aos baixos salários e às condições de trabalho nas escolas. Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições para que se mantenha o trabalho dos professores nas escolas e para que haja perspectivas de crescimento e de continuidade da formação inicial que tiveram. É preciso repensar a formação no campo da educação, para que haja mais qualificação e permanente atualização com perspectivas de aperfeiçoamento constante dos profissionais do magistério. É necessário investir em salários dignos e na carreira de magistério como componentes essenciais.

Um dos maiores desafios para o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) é a qualificação do pessoal docente, e o Poder Público precisa se dedicar prioritariamente à

solução deste problema. E, para que haja melhoria da qualidade do ensino, acesso pleno à cidadania, produção de conhecimento e criação de novas tecnologias, é indispensável o compromisso de valorizar o magistério, assegurar políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais de educação como meio de desenvolvimento de todos esses fatores. A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos (BRASIL, 2001, p. 82):

- uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- compromisso social e político do magistério.

Diante de tais exigências, percebe-se que as modalidades de formação continuada dos professores não estão dando resultado. Ainda que façam parte de um projeto de formação coletiva no âmbito de um estabelecimento escolar ou de uma rede ampliada, esses dispositivos atuais restringem-se a algumas seções de formação, concentradas em três ou quatro dias, ou seis a oito jornadas parciais durante o ano escolar, e acabam por não atender aos reais objetivos esperados pelos professores para aplicar na prática em suas aulas.

Segundo Taffarel (1999), os professores precisam se reconhecer como intelectuais comprometidos com as reivindicações da classe trabalhadora. Para a autora, é pelo trabalho e por sua capacidade de relações e mediações que se constroem alternativas para além do capitalismo. Tal visão recoloca, para cada professor, a relevância da intervenção. Não se pode ser indiferente, e é esta possibilidade histórica formada com a força da luta dos trabalhadores que urge reconhecê-la como necessidade histórica. Desse modo, criam-se as condições objetivas para que a possibilidade se converta em realidade.

Para o Coletivo de autores (1992), todo o educador deve ter definido o seu projeto político pedagógico, ou seja, ter uma meta a ser alcançada frente à diversidade de ideias a serem dialogadas entre todos. Saber a relação que estabelece com seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve com os alunos. Para eles, é preciso que cada educador tenha claro o projeto de sociedade e indivíduo que almejam, os interesses de classe que

defendem, os valores que utilizam para a sua prática e como articulam suas aulas com esse projeto maior de indivíduo e de sociedade.

A formação continuada no governo estadual do RS (gestão 2007- 2010).

Entre os anos de 1996 a 2010, um conjunto de projetos governamentais focando a formação continuada de professores tem sido desenvolvido no Brasil. Em decorrência disso, têm sido gerados avanços e contradições nesse sentido.

Segundo Nunes (2004), através da resolução número 7, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena tem-se através do art. 2º (p. 2) que:

a Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios: a) autonomia institucional; b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; c) graduação como formação inicial; d) formação continuada; e) ética pessoal e profissional; f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento; g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico; h) abordagem interdisciplinar do conhecimento; i) indissociabilidade teórico-prática; j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) tem representado, no plano nacional, um ponto de apoio para que as instituições públicas e privadas promovam e desenvolvam ações no campo da educação e da formação de professores, tal como explicita o artigo Art. 67.

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

Noronha (2009) destaca que a formação continuada dos profissionais da educação está prevista respectivamente nos incisos XI, XIV, XV e XVI do Artigo 5º das Diretrizes Nacionais da Educação (1996, p. 53-54) que destacam a necessidade de:

- XI - prover a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sob os seguintes fundamentos:

- a) sólida formação inicial básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos de suas competências de trabalho;
- b) associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados, capacitação em serviço e formação continuada;
- c) aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades;
- d) aos educadores já em exercício, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, a ser realizado durante a jornada de trabalho do profissional da educação (art. 67, V da Lei nº 9.394/96).

XIV - promover, preferencialmente em colaboração com outros sistemas de ensino, a universalização das exigências mínimas de formação para o exercício da profissão de todos os profissionais da educação escolar básica;

XV - instituir mecanismos de concessão de licenças para aperfeiçoamento e formação continuada, de modo a promover a qualificação sem ferir os interesses da aprendizagem dos estudantes;

Parágrafo único. Os entes federados poderão assegurar aos profissionais do magistério da Educação Básica períodos de licenças sabáticas, com duração e regras de acesso estabelecidas no respectivo plano de carreira.

Conforme Richit (2009, p. 7), o enfoque principal dos projetos adotados pelo Ministério da Educação é:

atender à demanda de formação continuada de professores; desenvolver uma concepção de sistema em que a autonomia se construa pela colaboração; contribuir com a qualificação da prática docente e com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos professores; desencadear uma dinâmica de interação entre os saberes pedagógicos produzidos pelos Centros de Pesquisa, os quais favorecem o desenvolvimento da formação docente, e pelos professores dos sistemas de ensino em sua prática docente; subsidiar a reflexão permanente sobre a prática docente com o exercício da crítica do sentido e da gênese da cultura, da educação e do conhecimento, bem como subsidiar o aprofundamento da articulação dos componentes curriculares e institucionalizar e fortalecer o trabalho coletivo como meio de reflexão teórica e construção da prática pedagógica.

Tais diretrizes consideram que a formação continuada é exigência da profissão docente, tomando como referência a prática docente e o conhecimento teórico produzido, que vai muito além da oferta de cursos esporádicos de atualização, demanda estar incorporada ao cotidiano da escola. A finalidade principal é desenvolver uma atitude investigativa e reflexiva (RICHIT, 2009)

No Rio Grande do Sul, as bases legais que orientam e/ou impulsionam a formação continuada dos professores da Rede Estadual de ensino encontram-se no Plano Estadual de Educação e no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. O Plano Estadual de Educação traz como objetivos e metas (RGS, 2009, p. 99):

- Implementar política salarial que assegure a reposição dos índices de inflação e, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, vincule aumentos reais do valor dos vencimentos dos professores e servidores das escolas à política geral de remuneração de pessoal do Estado, ao crescimento da receita de impostos e à melhoria da qualidade do ensino;
- Garantir espaço de estudo na jornada semanal do professor, através das horas-atividade, com o objetivo de contribuir para a qualidade do ensino;

- Desenvolver ação articulada com os municípios e as instituições de educação superior, com vistas a oportunizar formação superior em cursos de licenciatura para os docentes em atuação nas escolas públicas de educação básica;
- Priorizar a formação continuada do magistério de forma articulada com a avaliação externa do rendimento escolar do aluno e a melhoria da qualidade do ensino, promovendo ações conjuntas com as universidades e outras instituições de educação superior;
- Desenvolver para os professores e servidores programas de ensino a distância que possam ser atualizados através de cursos semipresenciais modulares;
- Garantir a formação inicial e continuada de forma a superar a dicotomia existente entre a teoria e a prática, apontando para a importância dos novos saberes;
- Estabelecer quadro de pessoal compatível com a realidade verificada em cada escola;
- Garantir ao magistério público remuneração adequada, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito e antigüidade, incentivando a atualização e a especialização dos profissionais de educação;
- Estabelecer entre Secretaria da Educação, coordenadorias regionais, equipes diretivas das escolas e comunidade escolar uma rede articulada que objetive aprimorar as ações das políticas públicas de educação.

O Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, em seu art. 3º, determina que a Carreira do Magistério Público Estadual tem como princípios básicos:

- I - Profissionalização, entendida como dedicação ao Magistério, para o que se tornam necessárias:
 - a) qualidades pessoais, *formação adequada e atualização constante*, objetivando o êxito da educação e acessos sucessivos na Carreira;
- IV - Valorização da qualificação decorrente de cursos e estágios de formação, atualização, aperfeiçoamento ou especialização (RGS, 2009, grifo nosso).

Também os art. 62 e 91, que tratam, respectivamente, dos direitos, das licenças para a qualificação e da qualificação propriamente dita, determinam que:

- Art. 62 - São direitos do pessoal do Magistério Público Estadual:
 - VI - ter assegurada oportunidade de freqüentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;
- Art. 91 - A licença para a qualificação profissional consiste no afastamento do professor ou do especialista de educação de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos, assegurada sua efetividade para todos os efeitos da Carreira, e será concedida:
 - I - para freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização formal;
 - II - para participação em congressos, simpósios ou outras promoções similares, no País ou no estrangeiro, desde que referentes à educação e ao Magistério (RGS, 2009).

Como se pode observar, estão evidenciadas, na legislação estadual, as responsabilidades reconhecidas pelo sistema de ensino, assim como, as parcerias por eles reconhecidas como promissoras para a institucionalização de políticas mais efetivas e

duradouras, no que tange ao desenvolvimento profissional dos professores e a consequente melhoria da qualidade do ensino. Contudo, o atual governo estadual (gestão 2007-2010), cuja governadora é Yeda Rorato Crusius,² tem desenvolvido, desde a posse, obsessão por ajustar as contas do Estado à custa da redução de investimentos em diferentes áreas, dentre elas a educação.

Estão em curso propostas de alterações para a carreira do magistério que derrubam direitos historicamente conquistados pelos professores, tais como:

Eliminação do tempo de serviço como fator de progressão; instituição da remuneração variável, paga de acordo com o desempenho das escolas, apurado pelo desempenho dos alunos em avaliações; fim da incorporação das gratificações de difícil acesso e de direção na aposentadoria. O professor só receberá a gratificação enquanto estiver na função que justifica o pagamento do adicional; a gratificação por aumento da carga de trabalho (de 20 para 40 horas, por exemplo) será paga pela média dos anos trabalhados com jornada estendida. [...] Substituição da licença-prêmio por licença específica para a qualificação profissional; progressão na carreira a partir de cursos de formação continuada e não mais de participação em seminários e outros eventos, e de provas realizadas a cada três anos (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Em relação à proposta dos níveis de promoção da carreira, a secretária de educação do estado do RS, Mariza Abreu,³ sugeriu implementação de “avaliações periódicas da formação continuada dos professores. Para a secretária, a promoção deve considerar a constante atualização dos educadores. Dessa forma, os professores passariam por exames de verificação dos conhecimentos em períodos pré-determinados, visando à progressão na estrutura funcional” (GOVERNO, 2009, p. 1).

Consoante a esta medida, a implantação de um sistema de remuneração variável por desempenho também está entre as propostas apresentadas. Segundo a secretária de educação, isso poderia significar a conquista de um 14º salário. Tudo depende dos resultados da aprendizagem dos alunos para que haja alterações no vencimento de todos (GOVERNO, 2009). O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) e os exames promovidos pelo Ministério da Educação serviriam como instrumentos para a identificação do desempenho dos alunos.

Fica claro, como expõe Baccin (2010) no estudo que realiza sobre as políticas educacionais do governo Yeda Crusius, que tais medidas seguem a linha meritocrática, que

² A governadora foi Deputada Federal em três mandatos (que correspondem ao período de 1995 a 2007). Possui filiação partidária desde 1990, no PSDB.

³ Mariza Abreu atuou na Secretaria Estadual de Educação no período de 02 de janeiro de 2007 a setembro de 2009, e sofreu severas críticas na sua atuação, principalmente pelo CPERS-Sindicato, em função das tentativas de implantar políticas que feriam conquistas históricas do magistério público estadual.

culpabiliza o professor pela má qualidade da educação e se desresponsabiliza das suas obrigações com as políticas públicas.

O atual governo também criou o Decreto n. 44.861, de 04 de janeiro de 2007, no qual algumas de suas propostas é vetar a participação de professores em seminários e congressos realizados fora do Estado e impedir a troca de experiências entre profissionais de mesma área de conhecimento que atuam em regiões distintas. Tal decreto se contrapõe à legislação de apoio à formação continuada.

O Ofício Circular de 19 de outubro de 2007, estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado do RS, é outro exemplo de contraposição às normativas Nacionais e Estaduais, pois determina que: “não serão válidos para fins de Promoção, Encontros e Cursos realizados por professores e especialistas dentro do seu horário de trabalho e que o mesmo evento (encontro/curso) não pode ser duplamente certificado, devendo haver a opção por um ou outro” (RGS, 2007).

Evidencia-se que os docentes da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul não têm garantido o direito à formação continuada pelos órgãos públicos competentes. Ao mesmo tempo em que são cobrados por esses e pela sociedade em geral para que se qualifiquem, também são responsabilizados pela educação de má qualidade. Dentro desta conjuntura, cabe destacar que existe resistência por parte dos trabalhadores do magistério, organizada em grande medida pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Como expõe o CPERS, a educação no Rio Grande do Sul agoniza. Conforme esse sindicato denuncia, um outro projeto proposto pela Secretaria de Educação seria de que os professores passassem a assumir outras disciplinas de mesma área. Para Segundo (CPERS, 2008, p.3).

A possibilidade de passar a dar aulas de outra disciplina, mesmo que da mesma área de conhecimento é uma falsa interdisciplinaridade que esconde por trás uma visão pedagógica elitista, no qual qualquer conteúdo passado de forma burocrática serve. O que necessitamos são salários dignos que possibilitem trabalhar menos em sala de aula para fazer mais formação continuada e atender bem as atuais disciplinas. Precisamos de tempo para as reuniões pedagógicas que possibilitem aos professores armarem currículos interdisciplinares na prática, que articulem conteúdos em comum, em aulas e atividades de convergência, formando pessoas críticas e integradas ao mundo a fim de transformá-lo.

A formação continuada no concreto: a experiência vivenciada por professores

Na busca de identificar como a formação continuada está se dando no concreto diante do contexto político do atual governo do Estado do Rio Grande do Sul, buscou-se

dialogar com professores em torno de questões, tais como: quais atividades de formação continuada participaram nos últimos anos?; quem são os órgãos promotores desses encontros de formação continuada?; o que os professores esperam da formação continuada?; como estão contribuindo para suas práticas pedagógicas?; quais os conhecimentos que os professores possuem dos direitos trabalhistas e sobre os encaminhamentos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para os trabalhadores da educação?

Os professores, em sua maioria, destacaram que a participação em formação continuada ocorreu na própria escola, voltada para temas gerais do campo da educação, não contemplando a especificidade da Educação Física ou de outras disciplinas. Em geral, enfocam aspectos de como o professor pode trabalhar com o educando em sala de aula, ou seja, as formas de ensinar, de educar e de conviver com os alunos. Como exemplo, citação o congresso promovido pela FAPAS/Santa Maria/RS, em 2009, com o tema “Educação humanizadora e os desafios da diversidade: educar para o respeito às diversidades é educar para a vida”, em que enfoca temas sobre educação e transformação social, educação e afetividade na relação com as diferenças, entre outros. Percebe-se que são temas que não contemplam assuntos específicos sobre determinada disciplina. Os relatos dos professores deixam visível o enfoque dos eventos de formação continuada que participam, os quais são ilustrados abaixo:

Participo na própria escola. Em 2001 participei do Mercomovimento, fiz a minha especialização em 2007 e participo na escola porque o que é oferecido por aí, o que eu tenho lido, acaba resumindo sempre no mesmo ponto em cursos gerais. Eu procuro curso específico da educação física, mas também acabo na medida do possível participando de todos que falam de educação. Nos últimos anos participei do Mercomovimento. Já tinha visto muitas vezes, não teve nada de novo. O que fez modificar talvez um pouco a prática e repensar foi a especialização. (Joana)

Nos últimos anos a gente procurou fazer as atividades de formação continuada que estavam estabelecidas no calendário escolar da escola, não mais que isso. Nos outros governos que antecederam esse atual governo a gente tinha direito a fazer, a se ausentar da escola e deixar outro colega no nosso lugar e fazer esses cursos e contava pra nossa promoção, pra nossa carreira. Então a gente participava muito mais de cursos de formação. Atualmente o governo Yeda trancou pé e a gente só tá conseguindo fazer cursos de formação fora do horário de aula, ou seja, os cursos que estejam previstos dentro do calendário. Então a gente acaba fazendo um por ano, no máximo dois, três cursos, e nos fins de semana para que não pegue nosso horário de trabalho, ou como te falei, previsto no calendário. Os dois cursos de pós-graduação que eu fiz também foram feitos aos fins de semana, não pegavam horário de trabalho. Então é nesse sentido. Atualmente eu sinto falta de mais cursos, inclusive promovidos pela escola, ou reuniões de formação continuada que nesses últimos anos ficando um pouco de lado, ficando a desejar. A última atividade que a escola participou foi no

Patronato, o Mobrec⁴. A gente participa às vezes de algumas atividades, que são promovidas aqui no Mobrec. Esse último eu acho que foi a FAPAS, que ocorreu ali no Patronato. As instituições promovem e a 8ª CRE se diz parceira, mas naquele sentido, como já falei, se a gente parar, se os alunos ficarem em casa, não contar dia letivo, toda a escola participa. Não pode ser dentro do calendário, tem que estar fora do calendário do ano letivo. E tem os Mercomovimentos também que eu não tenho participado em função das atividades da escola, que a gente sempre tem que deixar um professor ocupando as nossas aulas, né, que é difícil. Agora promovido pela escola mesmo faz muito tempo que não tem nada.
(Lúcia)

Os relatos acima realçam que as propostas de políticas educacionais impostas pelo governo do estado do RS caminham para limitações cada vez maiores referentes aos direitos dos professores em participar de processos de formação continuada relacionados aos seus interesses e novos conhecimentos a serem aplicados na prática do dia a dia em sala de aula. Como foi visto acima, há necessidade de liberação das coordenadorias, possibilitando, assim, validar os certificados para fins de carreira.

Cabe realçar a experiência com formação continuada vivenciada pelos professores que atuam na Quarta Colônia em que se destaca o processo de formação continuada promovido pelos professores do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM nos anos de 2007 a 2009. Tal processo de Formação Continuada foi previsto com o comprometimento dos professores e em parceria com as direções das escolas, sendo que, no primeiro ano de vigência, também havia a parceria da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), localizada em Santa Maria. A formação ocorria durante o período de trabalho, pois estava previsto no calendário escolar e não inviabilizava as aulas frente aos alunos.

As diretrizes para a educação, advindas do governo Yeda Crusius, as quais passaram a desconsiderar toda e qualquer forma de qualificação profissional no horário de trabalho, inviabilizaram não só a parceria com a 8ª CRE, mas também o próprio processo de formação, uma vez que os certificados, não tendo validade para fins de progressão, geraram evasão e encerramento.

Os professores entrevistados que participaram da formação continuada, desenvolvida para o coletivo de professores que atuam na Quarta Colônia e promovida pela UFSM, destacam que o processo possibilitou maior convívio entre os pares, com troca de experiências quanto à disciplina de Educação Física, agregando novos conhecimentos entre diferentes realidades vivenciadas nessa área educacional, como fica claro nos relatos abaixo:

A troca de experiências é fundamental para a vida do profissional, e quando nós deparamos com situações-problemas, e colegas que já vivenciaram esses

⁴ Movimento Brasileiro de Educadores Cristãos (MOBREC).

momentos fica mais fácil resolvermos ou então acharmos soluções rápidas. E também a formação continuada faz com que a teoria e a prática se encontrem em alguns momentos e a partir daí busquemos juntos encontrar alternativas para soluções que estão a nossa frente e a gente não enxerga. A formação continuada, a contribuição dela na nossa prática pedagógica é fazer com que nós crescamos. No encontro com outros professores, tanto das escolas públicas como da própria Universidade, faz com que nós encontremos alternativas para as situações que se apresentam para o dia-a-dia nosso. (Mauro)

Quando indagados sobre as motivações para a busca de processos de formação continuada, a maioria dos professores destacou a troca de experiências com colegas da área, a qualificação e atualização para a prática docente e obtenção de novas experiências para colocar em prática no fazer pedagógico.

Marin et al. (2010) identificaram na pesquisa realizada com professores de Educação Física, o enfrentamento de dificuldades no contexto escolar, tais como: acúmulo de atividades para além da carga horária, problemas de relacionamento entre colegas da área, desvalorização da disciplina, falta de diálogo entre colegas e corpo diretivo, e falta de troca de experiências. Os autores destacam o diálogo entre educadores:

Como fundamental para aprender a respeitar, compreender e conviver com o diferente; para compartilhar experiências; para trabalhar na direção de um objetivo comum; ele pode ser um caminho para a tomada de consciência sobre o contexto em que vivem e atuam e sobre os significados que suas práticas produzem. O diálogo agrega um espaço/tempo para dividir angústias, preocupações e humanizar as relações (MARIN et al., 2010, p. 238).

Os professores de Santa Maria também afirmam que os cursos deveriam trazer mais inovações para além da repetição, com troca de experiências entre professores de diversas escolas. Uma professora enfatizou que os cursos contribuem para a vida pessoal como educadora e não especificamente para a educação física:

A minha opinião, como eu disse anteriormente, que eu busco formas que contribuem na minha disciplina, embora os temas que são oferecidos na formação continuada da nossa escola são temas mais amplos sobre a educação que não contribuem diretamente na minha disciplina, mas os cursos são oferecidos, eles me engrandecem pra minha vida do dia-a-dia, minha vida pessoal e como educadora. (Sara)

Também tem recebido destaque, tanto para os professores entrevistados que atuam em Santa Maria, como os que atuam na Quarta Colônia, a formação continuada vivenciada via Curso de Especialização em Educação Física Escolar, realizado e promovido pelo Centro de Educação Física e Desportos/UFSM. Os professores afirmam que foram os cursos de

pós-graduação os que relacionaram teoria e prática e os que apresentaram novas maneiras de ensinar. A fala abaixo elucida tanto a importância que o processo está gerando para a prática pedagógica do professor, quanto o esforço que ele precisa realizar para participar, uma vez que ocorre no período de trabalho e recai em sobrecarga de trabalho:

Buscamos sempre nos aperfeiçoar. No momento que nós crescemos como profissionais e aprendemos, a gente consegue transpor para o educando tudo que a gente aprendeu, pelo menos os métodos, consegue pelo menos, criticamente, situar-se frente a diversas situações que ocorram na escola. Alguns dizem: “Pô, tu vai fazer um curso de educação física escolar?”, mas é ali que a gente ta aprendendo, porque a gente ta debatendo com os colegas, novas ideologias, novos temas, entendendo porque que era feito assim e não é mais. Então é esse o momento que a gente vai crescer como pessoa, como profissional e com certeza todo o aluno vai aprender também. (Mauro)

Na formação continuada proposta pelo CEFD/UFSM, as escolas não se envolveram na organização, mas disponibilizaram local e horário para os encontros. Os proposta de formação continuada em geral, são as escolas que organizam, promovem e executam, procurando envolver professores e funcionários.

Na opinião dos professores, a formação continuada deveria contribuir para qualificar a ação pedagógica, para realizar uma autoavaliação do trabalho realizado, para buscar alternativas para os problemas e para inovar, mediante leituras diferentes e caminhos novos. Nesse sentido, deixam claro que a forma como a formação continuada tem sido proposta na escola não contribui para a prática do dia a dia. Os professores reclamam da necessidade de cursos específicos para cada disciplina e seminários onde possam discutir a prática pedagógica, como demonstra o relato abaixo:

A formação continuada, a contribuição dela na nossa prática pedagógica é fazer com que nós cresçamos. No encontro com outros professores, tanto das escolas públicas como da própria Universidade, faz com que nós encontremos alternativas para as situações que se apresentam para o dia-a-dia nosso. (Mauro)

Destacam que a Educação Física é uma área ampla, que aborda a especificidade da cultura corporal, mas também a educação de forma geral, relacionados com os aspectos sociais, econômicos, políticos do contexto geral e específico em que a escola está inserida. Portanto os processos de formação devem ser específicos da Educação Física, em vez de enfatizar temas da área da pedagogia de um modo em geral.

Em relação aos conhecimentos sobre os direitos assegurados pelas leis, os professores entrevistados não têm muita clareza sobre os seus direitos. O conhecimento

sobre a legislação é agregado com o passar do tempo e de acordo com as necessidades e, normalmente, restringe-se à questão salarial. Dessa forma, ignoram a infinidade de direitos que possuem no âmbito da formação pedagógica, formação continuada e da (des)valorização da profissão de ser educador.

As manifestações vindas por parte do CPERS (sindicato), por meio de líderes e organizadores das assembleias, informam sobre os direitos adquiridos à custa de muitas lutas e greves e a serem mantidas, e criticam que, muitas vezes, a prioridade principal dos professores restringe-se à reivindicação salarial.

Sobre o conhecimento em relação aos novos encaminhamentos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, a maioria dos professores diz ter conhecimento, através de e-mail, mídia, CPERS, coordenadorias. Argumentam que as propostas da governadora favorecem os que estão no poder, nunca o funcionalismo público. Os professores denunciam que o objetivo do atual governo é tirar direitos adquiridos pelos professores, conquistados através de muitas lutas e greves ao longo dos anos, conforme evidencia o relato abaixo:

Acredito que o objetivo do governo é dismantelar o plano de carreira do magistério, tirando direitos históricos conquistados com muita luta pela categoria. O plano atual possibilita o avanço na carreira através de promoções por antigüidade e merecimento, este avaliado através de participação em cursos, seminários, enfim, cursos de formação, atualização e especialização. Segundo os encaminhamentos do governo a licença-prêmio será transformada em licença para formação continuada, mas me pergunto? Todos terão direito a licença-prêmio para aperfeiçoarem-se? E o professor poderá escolher a formação que pretende realizar? O projeto também nega a possibilidade de participação em cursos, seminários, jornadas, etc. e mais o decreto de 2007 que veta a participação de professores em seminários e congressos fora do estado vetada a oportunidade de troca de experiências entre os profissionais da área. Também a idéia é de criar a avaliação por produtividade onde os professores serão avaliados pelo resultado do rendimento dos alunos, como se todos os alunos do RS tivessem as mesmas condições sócio-econômica e cultural, sem levar em consideração as características de cada região (comunidade). (Paulo)

Percebe-se, pelos objetivos, que a qualidade da educação é somente voltada ao mercado de trabalho, em uma perspectiva neoliberal ⁵, não levando em consideração as reais necessidades da vivência escolar. Segundo Richit (2009, p.14), para que os processos de formação promovam a incorporação do conhecimento pedagógico-tecnológico ao conhecimento específico de cada área, é necessário que esses sejam favorecidos pela criação de políticas públicas específicas, bem como pelos programas das instituições formadoras e pelos gestores da educação. Além disso, a concretização de mudanças no sistema público de ensino, em particular na prática docente que viabilizem a qualificação da educação, depende também da conscientização dos diversos segmentos da escola (pais, alunos, professores,

⁵ Não é nossa intenção aprofundar essa questão política.

equipe diretiva). Com isso, cada um vai assumir seu papel nessa tarefa, quer seja buscando formação, incentivando a superação de desafios, apoiando as decisões da escola ou disponibilizando recursos para que novas estratégias pedagógicas sejam experimentadas.

Segundo Baccin (2010), o que se pode perceber é que o governo do Estado na gestão (2007-2010) vem elaborando políticas educacionais que possuem relações de colaboração com as diretrizes do Banco Mundial para esse setor, dentre as quais se destacam as ações em que o governo se coloca a favor da municipalização do ensino; quer modificar o plano de carreira do magistério, implementando um plano com metas a serem atingidas (meritocracia); e, ainda, é contra a implementação do piso salarial nacional, nos moldes de sua aprovação no Congresso Nacional. Para atingir seus objetivos, o governo elabora projetos, bem como implementa um sistema de avaliação que vai demonstrar se estão ou não se efetivando na prática. Além disso, são tais políticas que vão tratar de apontar a direção e os objetivos da educação e vão influenciar para que isso se efetive na prática, na organização do trabalho pedagógico das escolas.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou semelhanças no que tange às concepções e experiências vivenciadas pelos professores que atuam em Santa Maria e na Quarta Colônia em relação aos processos de formação continuada nos quais eles tenham participado. Segundo resultados obtidos nas entrevistas realizadas, a formação continuada, na maioria dos casos, não atende às expectativas almejadas pelos professores referentes à disciplina Educação Física. Os processos de formação enfocam assuntos relacionados com a educação de forma abrangente a todas as disciplinas.

Um dos cursos processos que promoveu a troca de experiências entre professores, enfocando aspectos da disciplina Educação Física, foi o de formação continuada proposto pelo CEFD/UFSM. Os encontros eram mensais e realizados em escolas da Quarta Colônia com o objetivo de discutir e analisar as práticas das aulas de Educação Física, a troca de experiências entre professores da mesma área, a qualificação pedagógica, a busca de novos conhecimentos para as práticas do dia a dia e a solução de problemas enfrentados pelos professores de Educação Física.

Além de tudo, o atual governo estadual não incentiva a formação continuada dos professores estaduais, dificultando a realização dos encontros. Também estão previstas alterações para a carreira do magistério, dentre as quais se destacam: eliminação do tempo

de serviço como fator de progressão; fim das gratificações de difícil acesso; substituição da licença-prêmio por licença específica para a qualificação profissional; e progressão na carreira a partir de cursos de formação continuada e não mais de participação em seminários e outros eventos e provas realizadas a cada três anos.

No concreto, ou seja, no cotidiano vivido pelos professores, fica claro que o Decreto 44.861, de 04 de janeiro de 2007, que veta a participação de professores em seminários e congressos fora do Estado, também impede a troca de experiências entre profissionais da mesma área de conhecimento que atuam em regiões distintas e a participação entre professores de uma mesma região também. Com as atuais diretrizes do governo, os professores não podem fazer atividade de formação continuada dentro dos seus horários de aula, ou seja, devem estar liberados pela 8ª CRE para ter validade de certificado e ser aprovado para fins de promoção de categoria.

Dessa forma, há dificuldades para realizar formação continuada nas escolas devido a grande incoerência por parte do governo estadual ao afirmar que quer resolver os problemas da educação, mas na realidade não cumpre as leis da LDB e do Estado, estabelecendo somente decretos. Na realidade não existe formação continuada, pois somente é validada quando não contar dia letivo.

Conclui-se que o professor enfrenta problemas e limitações para aperfeiçoar seus conhecimentos no decorrer de sua vida profissional de educador. Ele também é exigido em todos os sentidos quanto a sua capacidade de lidar frente aos alunos e, ao mesmo tempo, não é incentivado para a participação em seminários, congressos, processos de formação e demais cursos que possam aperfeiçoar seus conhecimentos. Dessa forma, é necessário que haja uma conscientização por parte dos governantes e das autoridades, para que sejam concedidos os direitos fundamentais aos professores, para que exerçam com dignidade e orgulho a profissão do magistério.

Referências

BACCIN, Ecléa Vanessa Canei. **Educação física escolar**: implicações das políticas educacionais na organização do trabalho pedagógico. 2010. 135d. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BRASIL. **Lei 10.172/01, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/acs/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei número 9394/96. Brasília, 1996.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CPERS/CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. 2008. Acesso em: 10 jan. 2010.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul. **Novo plano de carreira do magistério é discutido com escolas da região de Bagé**. 13 maio 2009.

MARIN, Elizara Carolina et al. Educação Física no contexto rural: perfil dos professores e prática pedagógica. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 231-245, jan. 2010.

MION, R. A.; SAITO, C. H. **Investigação-ação**: mudando o trabalho de formar professores. Ponta Grossa: Planeta, 2001.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. **Revisão da Resolução CNE/CEB número 3/97, que fixa Diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, UF/DF, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 28/05/2009.

NUNES, Edsons de Oliveira. **Resolução nº 7, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Publicado no DOU, número 65, de 05/04/2004, seção 1, pág. 18-19.

OLIVEIRA, R. de. **Esboço de mudanças**. <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora>, 12 de abril de 2009.

RICHT, A. **Formação continuada docente no Rio Grande do Sul**: horizontes e contradições presentes nas políticas públicas. Disponível em: <<http://www.2.cc.unesp.br/eventos/matemática>>. Acesso em: 01 out. 2009.

SEGUNDO, M. A. C. S. **Agrupamento de disciplinas na contramão da qualidade de ensino**. Disponível em: <<http://www.cpers.org.br/index.php>>. Acesso em: 09 out. 2009.

RGS. Rio Grande do Sul. **Projeto de lei número 259/2005 que institui o Plano Estadual de Educação** e dá outras providências. 2005. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2009.

RGS. Rio Grande do Sul. **Ofício Circular nº19**. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2009.

PRADO, R. O desafio da escola total. **Revista Nova Escola**, n. 156, ano XVII, p. 23-26, out. 2002.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 19-22.

TAFFAREL, C. (entrevista). Políticas públicas e educação física & esportes no Brasil: reformas ou ruptura? **Pensar a prática**, v.. 2, 1999.